

BRVias Holding TBR S.A.

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	268	37.791	13.603	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	329	818
Contas a receber	4	-	-	13.979	12.341	Debêntures	11	-	-	21.945	19.489
Impostos a recuperar	1.757	1.749	3.013	4.418	Fornecedores	12	-	-	34.608	28.588	
Despesas pagas antecipadamente	5	-	-	5.370	5.571	Obrigações tributárias	13	628	2.175	8.634	12.448
Outros créditos	232	232	1.714	1.693	Provisão para manutenção	14	-	-	1.223	748	
Total do ativo circulante	1.992	2.249	61.867	37.626	Partes relacionadas	6	2.090	2.090	19.527	10.035	
					Obrigações sociais	-	-	-	5.160	6.670	
Não circulante					Passivos de arrendamentos	-	-	-	301	533	
Partes relacionadas	6	4.888	4.888	-	Contas a pagar	17	-	-	2.979	12.562	
Depósitos judiciais	-	-	-	9.483	Total do passivo circulante	2.718	4.265	94.706	91.891		
Contas a receber	4	-	-	805							
Despesas pagas antecipadamente	5	-	-	3.197	Não circulante						
Ativos de direito de uso	-	-	-	370	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	329	
Tributos diferidos	15.a	-	-	5.250	Debêntures	11	-	-	-	299.978	297.461
Investimentos	7	311.925	295.601	-	Fornecedores	12	-	-	-	2.056	13.417
Imobilizado	8	-	-	5.422	Obrigações tributárias	13	2.300	1.993	11.135	11.339	
Intangível	9	-	-	443.731	Provisão para manutenção	14	-	-	-	4.870	5.435
Ativo de contrato (intangível em construção)	9	-	-	212.329	Tributos diferidos	15.a	-	-	-	-	6.124
				205.183	Provisão para demandas judiciais	16	-	-	-	9.484	6.035
Total do ativo não circulante	316.813	300.489	679.782	697.453	Passivos de arrendamentos	-	-	-	-	356	396
Total do ativo	318.805	302.738	741.649	735.079	Outras contas a pagar	17	-	-	-	5.277	6.172
					Total do passivo não circulante	2.300	1.993	333.156	346.708		
					Total do passivo	5.018	6.258	427.862	438.599		
					Patrimônio líquido						
					Capital social	368.575	368.021	368.575	368.021		
					Reserva de capital	14.150	14.150	14.150	14.150		
					AFAC	43.162	554	43.162	554		
					Prejuízos acumulados	(112.100)	(86.245)	(112.100)	(86.245)		
					Total do patrimônio líquido	313.787	296.480	313.787	296.480		
					Total do passivo e patrimônio líquido	318.805	302.738	741.649	735.079		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	-	278.368	255.330
Custo dos serviços prestados	20	-	(189.452)	(161.495)
Lucro bruto			88.916	93.835
Despesas gerais e administrativas	20	(14)	(17)	(57.405)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(25.846)	3.608	-
Lucro (prejuízo) operacional			(25.860)	3.591
Resultado financeiro, líquido	21	5	(431)	(68.740)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL			(25.855)	3.160
IRPJ e CSLL diferidos	15.b	-	-	11.374
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício			(25.855)	3.160
Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$			(0,06885)	0,00843

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício			(25.855)	3.160
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do exercício			(25.855)	3.160

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia" ou "BRVias") é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18/12/2007. Sua sede está localizada na Rua Olímpias, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala W, Vila Olímpia, cidade de São Paulo - Estado de São Paulo. A Companhia e sua controlada possuem como objeto social a participação em empresas não financeiras. A Companhia e sua controlada iniciaram suas atividades em 10/12/2010, quando todas as ações da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Controlada" ou "Transbrasiliana"), que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., foram aportadas na BRVias Holding TBR S.A., passando a ser a única acionista da Transbrasiliana. Em 17/09/2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Controladora") firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua controlada Dable Participações Ltda., para aquisição integral das ações da BRVias Holding TBR S.A., única acionista da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana" ou "Controlada"), por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") realizado em 17/10/2014. Em 05/01/2015, houve a conclusão do negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores. A sua Controlada é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20/07/2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo. O objeto social da Controlada é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14/02/2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12/12/2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologo o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13/02/2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o ato de outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Transbrasiliana se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo desses anos de concessão, a Transbrasiliana vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não limitado, o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato em razão de: (i) atrasos nas Revisões Ordinárias previstas contratualmente; (ii) excesso de carga no pavimento devido a exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e, (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas através de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e incluídas no Contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão. Por fim, importante destacar que em 25/08/2023, o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantagem social de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12/12/2023, a Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19/12/2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A. e CONJUR para suas respectivas avaliações. Em 11/09/2024 foi publicada a Portaria nº 863 de 10/09/2024, que apresentou a manifestação favorável, com ressalvas, do Ministério dos Transportes, à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato de concessão da BR-153/SP. Conforme rito estabelecido na Portaria 848/2024, o processo ainda passará por análise e deliberações ANTT e TCU. Em 31/12/2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$726 e R\$32.839 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$2.016 e R\$57.137 em 31/12/2024 na controladora e consolidado, respectivamente). A Transbrasiliana tem sua estrutura de endividamento permanentemente revisada e mantém as renegociações com seus credores sempre que necessário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A administração da Companhia e sua controlada, em conjunto aos acionistas controladores, avaliaram a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente, e entendem que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da controlada Transbrasiliana são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações. **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de administração em 31/03/2026. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente. **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma, o real é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. **2.4 Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de sua controlada que são registradas pelo método de equivalência patrimonial. O exercício social e as demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício/período anterior. A seguir estão apresentadas as participações na controlada domiciliada no Brasil:

Companhia	2025	2024
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	100%	100%

2.5 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.5 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da controlada Transbrasiliana é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Companhia e sua controlada revisam anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31/12/2025, a Companhia e sua controlada efetuaram as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. **Provisão de manutenção - Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade e/ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **2.5.1. Ativos intangíveis:** A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ativos intangíveis: **i) Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICP 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia e sua controlada estimam que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta

de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **2.5.4. Receita operacional:** **i) Receita de pedágio:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia e sua controlada. Quando a Companhia e sua controlada prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **ii) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICP01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia e sua controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia e sua controlada estimam que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **2.5.5. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.6 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2025:** **2.6.1 Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB que entrarão obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em 01 de janeiro de 2025. São elas: **Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulada Falta de Admissibilidade. • Orientação Técnica ICP 10 - Créditos de Carbono. Permissões de emissão (allowance) e Crédito de Descarbonização. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada. Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09- Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As normas não são aplicáveis à Companhia e conseqüentemente não geram impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.6.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente. As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e conseqüentemente não têm impacto nas demonstrações contábeis: **Alterações às IFRS 9 e às IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. As seguintes normas estão em fase de avaliação: • Alterações às IFRS 9 e às IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros-Evidência. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtópicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, vide Nota Explicativa nº 2.5.1.3. **2.6.1.3 IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras:** Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a**

adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças: **Classificação e apresentação de resultados:** • Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem. • Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma. • Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação. **Estrutura das demonstrações financeiras:** • Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento. • Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido, que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. **Indicadores, métricas e covenants:** • Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional. • Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de covenants contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro. • Estudo e definição das Medidas de Desempenho Operacional (MPMs-Management Performance Measures) que poderão ser apresentadas nas demonstrações contábeis, conforme os novos requisitos de divulgação da norma. **Status atual e próximos passos:** Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS 18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2024	2024
Saldo bancários	-	-	290	540
Aplicações financeiras (i)	3	268	23.769	424
			368	37.791

(i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada em 31/12/2025 e 2024 a taxa de 100% Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e sua controlada considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseqüente, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4. Contas a receber:**

Arrecadação de pedágio	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2024	2024
Receitas acessórias	-	-	13.842	12.259
Outras receitas	-	-	118	887
Total			13.979	13.146
Circulante	-	-	13.979	12.341
Não circulante	-	-	-	805

Em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a Companhia não apresentava montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber. **5. Despesas antecipadas:**

Seguros a apropriar	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2024	2024
Cartas fiança a apropriar (i)	-	-	1.699	1.587
Total	-	-	6.868	10.856
Circulante	-	-	5.370	5.571
Não circulante	-	-	3.197	6.872

(i) O aumento dos valores referentes as cartas fianças em razão da necessidade de garantir as execuções fiscais ajustadas pela ANTT. **6. Partes relacionadas:** A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que relacionaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, sua Controlada e seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (i)	Saldo em aberto em	
	2025	2024

continuação

BRVias Holding TBR S.A.

Investimentos S.A.; (ii) O valor devido é composto por despesas da controladora pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota Explicativa nº 12 - IRPJ e CSLL, e que serão reembolsados pela Companhia e sua controlada; (iii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores;

Table with columns: Saldo em aberto em exercícios encerrados, Notas, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Consolidado, Passivo circulante, and various companies like Triunfo Participações e Investimentos S.A.

(i) O valor devido é composto por despesas da controladora pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota Explicativa nº 15 - IRPJ e contribuição, e que serão reembolsados pela Companhia e sua controlada; (ii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores; (iii) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção; (iv) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação

Table with columns: Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Resultado do exercício. Rows include Em 2025 and Em 2024.

8. Imobilizado - Consolidado:

Table with columns: Custo, Saldo em 31/12/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2024, Depreciação, Saldo em 31/12/2023, Depreciação, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2024, Valor residual líquido, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025, Taxas médias de depreciação %.

a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. b. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

9. Intangível e ativo de contrato (intangível em construção): Movimentação em 31/12/2025 - Consolidado:

Table with columns: Recuperação da rodovia / da rodovia (i), Operação da rodovia / melhoramentos (ii), Total do intangível, Intangível em construção (iii), Infraestrutura a realizar (iv), Adiantamento obras (v), Intangível em construção. Rows include Custo, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 2024, Saldo em 2025, Amortização, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 2024, Saldo em 2025, Valor residual líquido, Saldo em 2024, Taxa de amortização %, Saldo em 2025, Taxa de amortização %.

(i) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia e sua controlada reconhecem o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados; (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais; (iii) A baixa de R\$4.218, refere-se a revisão da provisão de manutenção em decorrência das entregas de obras conforme cronograma PER; (iv) A transferência de R\$9.442, refere-se a encontro de contas com correlato Passivo na rubrica de "Obrigações com infraestrutura a realizar", em razão da extinção da obrigação correspondente (v) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A., TCE Engenharia Ltda. e Consórcio IT-TBR lote 01 em montantes de R\$44.571 mil, R\$21.604 mil e R\$1.484 mil em 31/12/2025, (R\$7.372 mil e R\$32.665 mil em 31/12/2024) respectivamente. Tais adiantamentos são destinados para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e km 74+900 ao km 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros. (vi) A Companhia e sua controlada avaliam periodicamente as movimentações do intangível em construção para monitoramento de vinculação dos bens e sua respectiva amortização, para tal considera-se a conclusão das respectivas obras bem como a vinculação destes ao cronograma do PER. Os ativos intangíveis da Controlada Transbrasiliana são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente

das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia); (v) Valores referente a fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para o serviço de fresagem e recomposição com CBUQ, entre os km 100 ao km 125 e no km 260 ao 347; a) Remuneração dos diretores: A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Pró-labore, Encargos sociais, Benefícios diretos e indiretos, Participação nos resultados, Total.

7. Investimentos - Controladora: a) Investimento em controladas:

Table with columns: Investimento em controladas, Participação %, em 2025, em 2024. Rows include Transbrasiliana 100%, 311.925, 295.601.

b) Movimentação de investimentos em controladas:

Table with columns: Investimento em 2024, Resultado de equivalência patrimonial AFAC, em 2025, Transbrasiliana, 295.601, (25.846), 42.170, 311.925. Rows include Resultado de Dividendos mínimo obrigatório, em 2024, Transbrasiliana, 292.850, 3.608, (857), 295.601.

Resumo da movimentação

Table with columns: Saldo inicial, Pagamentos (principal, juros e remuneração), Amortização de despesas antecipadas, Juros, Saldo final. Rows include 2025, 2024.

A Transbrasiliana realizou, em 24/03/2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16/01/2009, no montante de R\$275.400 (duzentos e setenta e cinco mil e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches. Em 27/03/2023, foi incorporado o valor de juros R\$26.752 como principal de acordo com o contrato vigente. A Transbrasiliana necessita manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que antecedem a data base da última demonstração financeira auditada e/ou informação financeira revisada, superior ou igual a 1,2x. Em 31/12/2024 os índices estão dentro dos padrões exigidos. Em 31/12/2025 os índices estão dentro dos padrões exigidos, alcançando aproximadamente 1,97x. Referente ao custo de transação de R\$20.400 a Companhia e sua controlada informam que o saldo restante a apropriar em 31/12/2025 é de R\$13.600. Em 31/12/2025 e 2024, os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with columns: Vencimento, Consolidado, 2025, 2024. Rows include De 13 a 24 meses, De 25 a 36 meses, De 37 a 48 meses, De 49 a 60 meses, Acima de 61 meses, Total, 299.978, 297.461.

12. Fornecedores:

Table with columns: Retenções (i), Total, Circulante, Não circulante. Rows include 2025, 2024.

(i) A Companhia e sua controlada adotam como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia e sua controlada são acionadas judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes. 13. Impostos, taxas e contribuições:

Table with columns: Consolidado, 2024, 2024. Rows include ISS a recolher, PIS/COFINS - Faturamento, PIS/COFINS/CSLL - Terceiros, IRRF/INSS - Terceiros, Parcelamentos municipais (13.1) (i), Parcelamentos federais e previdenciários (13.1) (i), Total, 19.769, 23.787.

ISS a recolher PIS/COFINS - Faturamento PIS/COFINS/CSLL - Terceiros IRRF/INSS - Terceiros Parcelamentos municipais (13.1) (i) Parcelamentos federais e previdenciários (13.1) (i) Total

Circulante 8.634 12.448 Não circulante 11.135 11.339 (i) Parcelamentos federais e previdenciários 13.1 Parcelamentos federais e previdenciários:

Table with columns: Circulante, Não, Total, Total. Rows include Parcelamento Federal simplificado PIS/COFINS, Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL BRVias, Parcelamento Municipal simplificado ISS, Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL, Parcelamento Federal simplificado IRRF/INSS, Total, 6.011, 11.135, 17.146, 17.698.

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with columns: Vencimento, Consolidado, 2025, 2024. Rows include 2026, 2027, 2028, 2029, Total, 11.135, 11.339.

14. Provisão para manutenção: Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICP 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia e sua controlada definem que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Após revisão no cronograma das intervenções com base nas obras finalizadas e inclusão de novas obras no cálculo, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período/exercício é como segue:

Table with columns: Resumo da movimentação, Saldo inicial, Adições, Reversão (i), Saldo final, Circulante, Não circulante. Rows include 2025, 2024.

(i) Durante o período findo em 31/12/2024, a Companhia e sua controlada revisaram a estimativa das provisões para manutenção considerando o avanço das obras de recomposição encerradas até esta data. Em 31/12/2025, os investimentos programados em manutenções incluem reaparelamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Table with columns: Exercício, RS, Cíveis, Trabalhistas, Total. Rows include 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, Total, 6.093.

15. IRPJ e CSLL: a. IRPJ e CSLL correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. IRPJ e CSLL correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. b. IRPJ e CSLL diferidos: IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos. A controlada apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$65.222 acumulados até 31/12/2025 (R\$31.874, em 2024). Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Composição e movimentação do IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2025:

Table with columns: Ativo, 2024, Adições, Baixas, 2025. Rows include Prejuízo fiscal e base negativa da CS, Provisão para contingências, Provisão PLR, Outras Provisões Temporárias, Provisão de Manutenção, Total Ativo diferido, 17.070, 42.726, (29.084), 30.712.

Passivo Adoção Lei 12.973/14 (4.224) - 461 (3.763) Desp. Financ. art.73 in 1515/14 (3.381) - 201 (3.180) Depreciação (linear x curva de tráfego) (11.542) (2.870) - (14.412) Demais diferenças temporárias (4.508) (59) - (4.567) Total Passivo diferido (23.194) (2.929) 661 (25.462) Total (6.124) 39.797 (28.423) 5.250

Composição e movimentação do IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2024: Ativo 2023, Adições, Baixas, 2024. Rows include Prejuízo fiscal e base negativa da CS, Provisão para contingências, Provisão PLR, Outras Provisões Temporárias, Provisão de Manutenção, Total Ativo diferido, 17.506, 5.467, (5.903), 17.070.

Passivo Adoção Lei 12.973/14 (4.224) - 461 (3.763) Desp. Financ. art.73 in 1515/14 (3.381) - 138 (3.381) Depreciação (linear x curva de tráfego) (8.578) (2.964) - (11.542) Demais diferenças temporárias (5.234) (1.011) 1.737 (4.508) Total Passivo diferido (21.555) (3.975) 2.336 (23.194) Total (4.049) 1.492 (3.567) (6.124)

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Table with columns: Ano, De 1 a 4 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows include 2025, 2024.

c. IRPJ e CSLL - Resultado, - Reconciliação da alíquota efetiva:

Table with columns: Descrição, Resultado antes do IRPJ e da CSLL, Alíquota nominal, (=) Despesas com imposto à alíquota nominal, Adições e exclusões temporárias, Resultado de equivalência patrimonial, Prejuízo fiscal e base negativa. Rows include 2025, 2024, 2025, 2024.

IRPJ e CSLL correntes IRPJ e CSLL diferidos (=) IRPJ e CSLL no resultado Alíquota efetiva (i)

(i) A alíquota efetiva no consolidado em 2025 e 2024 está distorcida principalmente devido à não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal da Controladora em razão de incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%. 16. Bloqueio judicial e provisão para demandas judiciais: a. Bloqueio judicial: A redução dos valores referentes aos depósitos judiciais de 2024 no montante de R\$ 34.451 para R\$ 9.483 em 2025, se deu em razão da utilização dos valores bloqueados para quitação de execuções fiscais ajuizadas pela ANTT. A Companhia continua atuando de forma efetiva junto ao Judiciário Federal visando o desbloqueio dos valores remanescentes. b. Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. São provisionados os riscos e montantes que, na opinião da administração com base na opinião de assessores legais, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, os saldos e movimentações da provisão são como segue:

Table with columns: Consolidado, Cíveis, Trabalhistas, Total. Rows include Saldo em 31/12/2023, Provisões, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2024, Provisões, Pagamentos, Saldo em 31/12/2025, Adicionalmente, a controlada é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Table with columns: Quantidade, 2025, RS, Quantidade, 2024, RS. Rows include Cíveis, Trabalhistas, Total, 505, 157.296, 344, 124.925.

17. Outras contas a pagar: 2025, 2024. Rows include Seguros a pagar, 348, 9.800.

continuação



BRVias Holding TBR S.A. Balance Sheet and Income Statement tables for 2025 and 2024. Includes sections for 'Ativos', 'Passivos', 'Resultado Operacional Líquido', and 'Resultado Financeiro Líquido'.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. Os Acionistas e Administradores da BRVias Holding TBR S.A., Lins - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRVias Holding TBR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding TBR S.A. em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante quanto à continuidade operacional: Chamamos atenção para os eventos informados na Nota Explicativa nº 1, que descrevem que as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas no pressuposto de continuidade operacional. Conforme descrito na referida nota explicativa, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$726 mil e R\$32.839 mil, individual e consolidado respectivamente, bem como prejuízo no exercício de R\$25.855 mil, que dentre outros aspectos, como (i) incerteza sobre a otimização do contrato de concessão que, em 31/12/2025, se encontrava em situação de possível repactuação; (ii) em 12/12/2023, a Companhia protocolou junto ao Ministério dos Transportes uma proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão pela Portaria 848. O Ministério dos Transportes se manifestou favoravelmente a pré-admissibilidade do requerimento da Companhia, e posteriormente em 11/09/2024 apresentou manifestação favorável. Ainda existem duas etapas a serem cumpridas, considerando a negociação entre as partes em relação ao atendimento das premissas públicas estabelecidas na portaria mencionada e na política pública de outorgas, bem como análise, pela ANTT e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da proposta de otimização e readequação do contrato de concessão (dentre outros assuntos). Estes assuntos, aliado à situação patrimonial e financeira da Companhia, de capital circulante negativo e prejuízos acumulados, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração da Companhia para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esses assuntos. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar ou necessariamente para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 31/03/2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-025.583/0-1 Thiago Bragatto - Contador - CRC ISP-234.100/0-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

